

Geografia Política e Cartografia Histórica de África

Luís Miguel Moreira

Docente no Departamento de Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
Investigador no Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa
lmmgeo@gmail.com

Para a primeira sessão temática Geografia Política e Cartografia Histórica de África, decidiu-se fazer uma apresentação geral da Geografia Física e Humana do continente africano. Metodologicamente, a sessão de trabalho iniciou-se com um exercício de recolha e análise de imagens/mapas mentais. Aos bolsеiros foi distribuído um primeiro mapa mudo de África, sendo-lhes solicitado que assinalassem as principais montanhas e rios deste continente; num segundo mapa, figurando a divisão política, foi-lhes pedido que o legendassem com o nome dos países conhecidos.

O objetivo era o de aceder às conceções prévias (ou imaginação geográfica) dos bolsеiros sobre algumas referências geográficas gerais de África para que, seguidamente, e perante um mapa do continente africano, cada um pudesse confrontar os seus próprios conhecimentos de partida, bem como, comparar os resultados com os restantes colegas, o que se revelou bastante interessante, atendendo às diferenças de formação académica de base, não apenas nas diferentes áreas de especialização dentro das ciências sociais e da arquitetura, como também nos próprios percursos que abarcavam os três ciclos de formação universitária.

Os resultados obtidos, sem grande surpresa, revelaram uma geografia de África diversa e difusa. Partindo desta base, iniciou-se a apresentação das principais características geográficas do continente, seguindo-se o modelo clássico de caracterização do espaço físico, enquanto suporte e palco das ações e das atividades humanas. Assim, a análise do relevo e da orografia, as características hidrográficas e a distribuição climática e respetivos biomas, revelaram-se fundamentais para a compreensão da divisão regional de África, assim como para compreender a distribuição da população, as formas de povoamento, a divisão cultural ou a configuração e extensão de alguns países. Como complemento desta sessão, foi solicitada a elaboração de um atlas (ou álbum cartográfico digital) de

um país africano à sua escolha, a partir de pesquisa autónoma em bases de dados disponíveis na internet. Pretendia-se que os bolsеiros aprofundassem os conhecimentos geográficos dos territórios onde desenvolvem a sua investigação.

A segunda sessão temática foi dividida em duas partes complementares: a primeira parte teve por tema principal a análise da imagem cartográfica de África, numa perspectiva evolutiva e histórica, desde a Antiguidade Clássica à atualidade (Fauvelle & Surun, 2020); a segunda parte, consistiu numa análise de Geografia Política, nomeadamente sobre a formação dos Estados africanos, com ênfase no processo de delimitação e de demarcação das fronteiras no período colonial e as consequências que daqui resultaram.

A evolução da representação cartográfica de África foi feita numa perspectiva europeia e/ou mediterrânica, já que os exemplares selecionados para ilustrar esta evolução foram elaborados por autores destas regiões. Assim, foram respeitadas as principais etapas da História da Cartografia: as formas, os contornos e as principais características cartográficas de África foram analisadas a partir do contributo de geógrafos/cartógrafos gregos e romanos, passando, já na Idade Média, para a confrontação de duas cosmovisões antagónicas produzidas por árabes/muçulmanos e europeus/cristãos, não descurando o importante contributo das cartas portulano, reveladoras da importância do espaço mediterrânico como confluência de povos e de civilizações, o verdadeiro “mar do centro da terra”.

Seguidamente, a atenção foi atirada para as viagens das descobertas geográficas, em particular as portuguesas, cujo maior contributo foi o de fixar com assinalável detalhe os contornos do litoral africano, à medida que a rota do Cabo em direção à Índia foi sendo estabelecida. Ao longo dos séculos seguintes, a Europa relacionava-se diretamente com África através dos inúmeros entrepostos comerciais – ou insípidas colónias – estabelecidos na costa atlântica, enquanto o interior permanecia praticamente desconhecido. Neste contexto, os mapas europeus figuravam um continente ainda mais vazio.

Foi só a partir de meados do século XIX, coincidindo com o despertar do interesse colonial pelas potências europeias, que se registou uma mudança substancial nos mapas de África. De facto, o aparato científico-cartográfico imperialista foi capaz de produzir mapas a diferentes escalas,

cada vez mais rigorosos e completos (Magalhães, Garcia & Flores, 1997 e Roque, 2015). Já no século XX, a emergência dos nacionalismos africanos contribuiu para o fim dos impérios coloniais europeus, embora, em muitos casos, estes tenham sido substituídos por outras potências imperiais: também os Estados Unidos da América e a União Soviética cartografaram os novos países africanos, produzindo mapas de grande qualidade.

Metodologicamente, o desenvolvimento desta sessão assentou na análise e interpretação de mapas exemplificativos das principais etapas da evolução da imagem cartográfica de África. A partir da análise de mapas elaborados pelas potências coloniais, foi possível ilustrar o processo de formação das fronteiras africanas, delimitadas por diplomatas e demarcadas (quando foram) por técnicos e militares europeus, num processo que se desenvolveu entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX (James, 2018). Desta forma, foi possível compreender a transformação do território-colónia em estado-nação, num processo aparentemente improvável, mas que se revelou relativamente estável (Döpcke, 1999). Efetivamente, tendo em consideração as diferentes tipologias de conflitos que caracterizam o continente africano, as disputas e guerras fronteiriças correspondem a uma percentagem baixa. Contudo, tal não significa que a definição/imposição das fronteiras políticas pelos Estados europeus não esteja na base de outros conflitos, nomeadamente os de origem étnica, porquanto esta divisão não foi levada em conta pelas autoridades coloniais, fosse intencionalmente, aplicando o princípio “dividir para reinar”, fosse por manifesto desconhecimento da distribuição territorial dos diferentes grupos étnicos (Branco, 2013; Kapuscinski, 2017).

Em todo o caso, a herança política é difícil e, assim, nos últimos anos tem-se assistido a mudanças importantes no número de países, verificando-se o surgimento de novos países, quase sempre por secessão de territórios (como no caso do Sudão), esperando-se, num futuro próximo, mais alterações à medida que antigas e novas reivindicações territoriais vão sendo realizadas – casos de Cabinda, Casamança ou Katanga – ou mesmo impostas em territórios cuja organização política estatal está mais débil e fragilizada, como no caso da proclamação de independência da República Azawad face ao Mali. Finalmente, procurou-se compreender o papel desempenhado pela União Africana na resolução de conflitos fronteiriços e no apoio à demarcação efetiva da linha de fronteira entre vários Estados africanos.

Previamente à discussão sobre a divisão política de África, foi debatido o conceito de fronteira, a partir da análise de imagens exemplificativas, descrevendo-se, ainda, o processo de construção/estabelecimento de fronteiras (políticas, militares, culturais...), recorrendo-se ao caso português (Tratado de Lisboa, 1864), demonstrando-se a forma como a experiência acumulada aquando da definição de limites no espaço europeu, foi transposta e adaptada aos diferentes cenários africanos.

Bibliografia

- BRANCO, L. C. (2013). O mito das fronteiras em África. *Lusitana. Política Internacional e Segurança*, 8, 67-84.
- DÖPCKE, W. (1999). A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42(1), 77-109. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000100004>
- FAUELLE, F.-X. & SURUN, I. (2020). *Atlas histórico de África*. Lisboa: Guerra & Paz.
- James, L. (2018). *Impérios ao sol. A luta pelo domínio de África*. Porto Salvo: Saída de Emergência.
- KAPUSCINSKI, R. (2017). *Ébano*. Lisboa: Livros do Brasil.
- MAGALHÃES, J. R., GARCIA, J. C. & FLORES, J. M. (1997). *As fronteiras de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROQUE, A. C. (2015). Entre o colonizador e o colonizado: reflexões em torno da pertença e acessibilidade do corpus documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique. *Africana Studia*, 25, 71-78.